

O COTIDIANO DA MULHER TRABALHADORA NAS MINAS DE MATO GROSSO

Lucia Helena Gaeta Aleixo¹

RESUMO

Neste estudo, proponho analisar as contribuições da mulher na organização da sociedade e na acumulação da riqueza, tanto do ponto de vista de seu trabalho doméstico como do modo gerencial no processo de produção da riqueza. Igualmente, abordar alguns aspectos que evidenciam sua vida e seu movimento, ao longo do século XVIII, na Capitania de Mato Grosso. Mais ainda: compreender como se efetiva o controle feminino da educação das crianças e o exercício objetivo da sua aprendizagem para a sobrevivência de toda família.

Palavras-chave: trabalho feminino, negócios, educação.

ABSTRACT

I'm committed, on this project, to analyze the contributions of women to the organization of society and on accumulation of wealth, from the point of view of their domestic work, to the way of their manner to management the process of production of wealth. Likely, approach some of the aspects that shows their life and their moving, over on the 18th century, on Mato Grosso. And more: comprehend how the famine control on children's educations took place and the exercise goal of their learning to the survival of all family.

Keys-word: - feminine work, business, education.

INTRODUÇÃO

Minha intenção, ao elaborar este texto, foi produzir um ensaio o sobre a questão de gênero. A explosão do feminismo e as transformações na historiografia, a partir da década de 1960, foram fundamentais para que se avançasse nas discussões sobre a História das

¹ Doutora em História pela USP, professora do UNIVAG-Centro Universitário.

Mulheres. Ao mesmo tempo em que novos trabalhos ampliaram os espaços de discussão, deixaram as mulheres de ser somente objeto de estudo, passando à condição de sujeito histórico. Tudo isto foi possível graças às contribuições produzidas *pela História Social, pela História das Mentalidades e, posteriormente, pela História Cultural (Rachel Soihet:2003)*. Até então, a historiografia dominante mantinha as mulheres ausentes de sua análise.

O termo “*gênero*”, a partir da década de 1970, passou a ser utilizado para teorizar a questão da diferença sexual. Quem por primeiro dele fez uso foram as feministas americanas. Destaca-se a importância das discussões nas quais emerge a afirmação de que nenhum estudo poderia considerar, em separado, as contribuições de homens e mulheres na construção das sociedades. Bem mais. Os estudos passaram a articular gênero com a classe e a raça/etnia. Ênfase damos ao discurso de Rachel Soihet (2003) “*interesse indicativo não apenas do compromisso com a inclusão da fala dos oprimidos, como da convicção de que as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme estes três eixos*”.

Algumas historiadoras contribuíram para a História das Mulheres. Nessa esteira, direcionamos aos trabalhos de Michelle Perrot e Arlette Farge: buscaram no estudo do cotidiano introduzir a mulher como sujeito da História. Por igual, afloram significativas análises sobre os tempos marcantes da vida, cujo objeto de estudo se sintetiza no nascimento, na morte e no casamento.

Ao evocar a presença da mulher, no contexto da historiografia colonial mato-grossense, implica também que percebamos os limites impostos pela documentação.

O anonimato da figura feminina na historiografia brasileira foi sendo desvelado à medida que fontes e a própria concepção teórica pretenderam perscrutar essa ausência e entender a mulher como mão-de-obra passível em produzir riqueza.

O silêncio dos cronistas sobre a mulher colonial se traduz como estratégico, pois ela não disputava espaços de poder e não engendrava formas de subversão do *status quo* estabelecido pela sociedade colonial. A barreira criada pela formação social e pela Igreja no construir uma imagem de mulher voltada à figura de mãe e irmã, devotada ao lar, impôs os limites comportamentais de submissão e obediência. Tal condição foi sempre muito explorada pela sociedade por corresponder aos interesses associados à formação de uma sociedade ordeira e organizada. Maria Odila Rodrigues (1984) afirma que “*a memória social da vida das mulheres vai se perdendo antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência dos documentos*”. Assim, fomos buscar nas entrelinhas de documentos oficiais a presença e a fala das mulheres trabalhadoras do ciclo minerador mato-grossense.

Objetivando demonstrar que o trabalho da mulher constituiu base fundamental na organização da sociedade e na acumulação de riqueza, esse artigo vasculha um campo de análise ainda a ser descortinado. Entendo que as discussões sobre o tema já tenham avançado. Ainda assim, carrega atenção para que possamos compreender o mundo feminino na formação da sociedade brasileira. Pretendo, portanto, tecer algumas considerações que acredito pertinentes para a compreensão da atuação da mulher, tanto à luz de seu trabalho doméstico como do modo gerencial no processo da produção da riqueza. Abordar alguns aspectos que evidenciam sua vida e seu movimento, ao longo do século XVIII, na Capitania de Mato Grosso exige a retomada de análises que perceberam o papel subordinado da mulher nesse período histórico. Papel este definido por uma sociedade ancorada na propriedade territorial e na escravidão.²

Visualizar a participação da mulher na formação da sociedade colonial mineradora, como produtora de riqueza responsável, muitas vezes, pela acumulação da riqueza afeta ao trabalho doméstico e à reprodução da força de trabalho em bases gerencial e cotidiana, implica compreender a importância da economia mineradora e dos espaços criados pela riqueza nela produzida. Mais que isso até: compreender como se efetiva o controle feminino da educação das crianças e o exercício objetivo da sua aprendizagem vocacionados à sobrevivência de toda família diante dos pequenos negócios.

A fluidez da riqueza e a grande movimentação do comércio abriram brechas para que as mulheres conquistassem espaços e se inserissem no sistema, pagando impostos e dinamizando o agitado mercado do ouro. Por vezes, participando do comércio informal bem peculiar à área de mineração, elas assumem novos papéis em que confrontos, entrechoques de resistência e luta se manifestam no cotidiano. Enfim, perscrutar as vozes das mulheres na qualidade de sujeito histórico.

O cotidiano feminino nas minas

O século XVIII foi grifado por grande significado, especialmente no que toca à descoberta do ouro nas Gerais, em Goiás e em Mato Grosso. Levas de aventureiros se embrenharam pelas desconhecidas paragens do Brasil Central, arriscando-se em novos

² Assim, os estudos de Eni Mesquita, Maria Yedda Linhares, Maria Sylvania de Carvalho Franco, Antônio Cândido, Stanley Stein, Anita Laraia e Maria Valéria Junho Pena têm grande significado para esta análise.

empreendimentos. Não raras foram as vezes em que se descortinava nova paisagem, em tudo diversa dos conhecidos pontos do litoral.

O controle efetivo das rotas e caminhos de ingresso nas Minas passou a ser definido em atos emitidos pelas autoridades coloniais, os chamados bandos. Pretendiam estabelecer o controle do fluxo migratório e, ao mesmo tempo, da cobrança de direitos de arrecadação de valores sobre as entradas de “gentes” e do quinto real.

No ano de 1723, Rodrigo César Menezes, capitão general da Capitania de São Paulo, reclamava da excessiva liberdade exercida pelos paulistas ao se infiltrarem nas minas de Cuiabá. Dizia ele que, além dos “homens principais”, havia alguns criminosos que, por possuírem numerosos escravos e dependentes, eram respeitados e considerados. Avançavam pelos sertões com grande desenvoltura fazendo fortunas, ocupando espaços, tornando-se convenientes para a Coroa. Vinham de toda parte: das capitanias e do reino. O circuito minerador inchava e multiplicava a pobreza. Mulheres pobres, escravas e forras lutavam contra a miséria, produziam seu ganha-pão às margens do sistema de produção voltado para a exportação. O termo forro – vale lembrar-guarda estreito correlação com alforria. Quase se confundem, dada a mesma etimologia. Forro é que alcançou carta de alforria. Em suma, é o liberto da escravidão, é o que se encontra desembaraçado, isto é, livre, desobrigado de, em tudo e por tudo, pedir vênias ao seu senhor.

As dificuldades, o desconhecido, a marcha de meses, a companhia de sertanistas, a presença de índios bravios ao longo da jornada, o contato com insetos e os répteis, nada, nada disso era empecilho para o amplo fluxo migratório. A cobrança de tributos e a real situação estabelecida pela fronteira com o domínio espanhol, ao tempo que exigiam uma política de povoamento e grande fluxo populacional, provocavam grande transtorno. A possibilidade de contrabando com os domínios de Castela ficava patente por conta da grossa quantidade de ouro que circulava pelos sertões.

A população que transitava pelos distritos mineradores era a mais diversificada possível. Rodrigo César Menezes ordenava, em 1723, (Documentos Interessantes para a História de São Paulo), que nenhuma pessoa poderia levar para as minas *mulher branca de suspeita bastarda, ou mulata forra*, sob pena de pagar cerca de trezentos réis para a fazenda real. Como se não bastasse, tinha ainda sua prisão decretada pelo período de quatro meses. Esse bando denotava a preocupação da Coroa com a prostituição, prática freqüente nas andanças pelos sertões. Além do mais, os arraiais mineradores eram freqüentados especialmente por uma população masculina sem raiz, sem vínculo familiar algum, dado que

vinha de longe tentar a sorte se enriquecer. Homens cuja vigilância ficava longe dos olhos da família e do controle moral e religioso. Consta do Registro do Regimento para os oficiais do Senado da Câmara da Vila do Senhor do Bom Jesus de Cuiabá, 25 de junho de 1728, que se deve ter *“particular cuidado em não permitir mulheres, de escandaloso procedimento, por evitar não só ofensa de Deus mas inquietação do povo”*. O controle imposto se imbuía de objetivo claro: promover a ordem interna na Vila.

As famílias eram raras e dispersas em sítios próximos aos arraiais, cujo intento consistia no prover a subsistência produzindo gêneros de primeira necessidade.

Em uma economia descapitalizada, já na segunda metade do século XVIII, disciplinar a população era condição necessária para evitar a violência e os distúrbios que poderiam comprometer a dinâmica da administração colonial e o desempenho dos homens bons. Assim, a violência e a coerção exercidas pelo poder constituído combinavam a lei e a ordem com práticas escusas e toleradas pelas autoridades locais, para o desespero da Coroa, no desenrolar do cotidiano minerador.

Em 1755, dizia Rolim de Moura, então governador de Mato Grosso, a Diogo de Mendonça Corte Real *“escrevo ao Ouvidor de Cuiabá para que tomasse suas contas, e fizesse cumprir o testamento de Fernão Dias Falcão, devo expor a V.Exa. que este homem fez muitas entradas ao sertão, e muitas partes delas ou todas no distrito do sertão de Cuiabá, fazendo nestas entradas as violências e roubos que nelas praticam os sertanistas e que na hora de sua morte agravada sua consciência pedem por descargo dela desfazer o prejuízo causado a muitos”*. Do texto, deflui o perdão legado à tutoria testamentária tendente a sanar o mal praticado. Curioso é assinalar que, não poucas vezes, delegavam a outrem o desempenho do pesado encargo da paga das dívidas e do mal praticado em vida.

Em 1717, Antonio Antunes Maciel escrevia em seu testamento: *peço a meus filhos que não tirem da minha segunda mulher nada de seu fato de vestir, nem seus brincos que tiver, nem a sua cama.. e que dê parte da minha fazenda e outras esmolos aos cativos*. Nesse andar das coisas, as mulheres e os escravos constituíam a parcela de população mais explorada e fragilizada. Então, justa era a preocupação de sanar as dívidas para com elas, objetivando alcançar o perdão dos pecados e ganhar a vida eterna, serena e segura.

Desde sempre, as mulheres acompanhavam as monções: brancas, negras e índias seguiam a marcha, servindo aos homens ao longo da caminhada.

Esquadrinhando as informações contidas nos Mapas de População da Capitania de Mato Grosso, entendemos que a grande leva migratória se concentrou nos primeiros cinquenta anos de ocupação de Mato Grosso. Não é incorreto afirmar que a década de 1750 se identifica com o período que marcou o grande fausto e, patenteia-se ao mesmo tempo a decadência da exploração do ouro no circuito minerador. Observando o mapa da evolução de população nos anos subseqüentes patenteia-se um relativo crescimento demográfico:- entre o ano de 1768 a 1800, a população saltou de 10.886 para 27.690 habitantes.(Silva, 1995)

Estes dados estão a assinalar que a atividade mineradora foi marcada por grande mobilidade populacional que não favorecia a formação de núcleos familiares, dando ensejo a um labor efetivo da população masculina na produção de riqueza.

Ao examinarmos a composição da sociedade mineradora, vale entender o princípio que regula a formação e a constituição da família no circuito minerador. Tomando por empréstimo as observações de Maria Valeria Junho Pena, a qual define *quanto é importante, para compreensão do trabalho feminino, a centralidade da mulher na reprodução de indivíduos e da família ser a instituição que regula a reprodução para a produção de riqueza*. Assim sendo, pensar a família no circuito minerador é compreendê-la pela ótica da extrema mobilidade, ressaltando-se o número relativamente grande de homens composto por aventureiros, sertanistas, mineradores. Sem dúvida, uma população volante, sem vínculo permanente. Essa característica acaba delegando, à mulher o papel de provedora e reprodutora da família na área de mineração. Vista por esse ângulo, as uniões estáveis eram raras. Documentação do período confirma a existência de um alto índice de fecundidade, associada a um número considerável de filhos bastardos. Os homens, desobrigados que se sentiam pela natureza de sua atividade, não assumiam a paternidade dos filhos nascidos na mancebia ou até mesmo na clandestinidade.

Toda essa gente deveria sobreviver não só à custa da apropriação do ouro, mas de bens produzidos indiretamente para exportação. Assim sendo, a grande propriedade territorial e senhorial não representou, nas minas de Mato Grosso do século XVIII, o eixo articulador para a exportação.

O ativo comércio de bens de consumo teve papel preponderante na condução do processo produtivo da Capitania. Amaral Lapa, em seu trabalho Economia Colonial, sobreleva a dinâmica do comércio com as minas. Mesmo durante o período de esgotamento das minas, fluía para Mato Grosso uma incrível diversidade de bens importados e comercializados pela Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Uma imensa variedade de

produtos chegava até as minas, indo de tecidos como carmesim, escarlate, gorgurão, cassa, lamorim, tafetá, veludos, cetim a utilidades domésticas, instrumentos de trabalho ligados à atividade mineradora: as alavancas de ferro, almocafre, argolas de ferro, limas, enxós, pregos variados, machados, bateias, peneiras. Some-se a isso munição, artigos de botica e de adorno, não esquecidos os alimentos, como azeite, vinho, queijos, entre outros. O rol de mercadorias nos permite vislumbrar o estilo de vida no dia-a-dia nas minas.

O comércio ambulante, alicerçado na produção doméstica, atribuía à mulher papel relevante. Nesse pequeno comércio, vendia-se tudo nas minas: angu, peixe frito, cestos, aves, palmito, bolos, refrescos, mandioca cozida. Nele também se adquiriam artigos de artesanato: tecidos, colares de contas, trançados de algodão, chapéus. Mulheres produzindo bens complementares que, entendidos dentro da dinâmica da economia mineradora, devemos considerá-los primordiais.

Essas mulheres, desprovidas de terras e de bens de capital, ora acompanhavam o fluxo migratório, ora ficavam com o encargo de manter os filhos que haviam sido gerados da mancebia, mister que se multiplicava por conta da falta de organização familiar, acrescido do fato de estarem elas desprovidas do santo sacramento e das solenidades religiosas. Assumiam o ônus da criação e da manutenção dessas crianças que, sem pais, precisavam ser alimentadas.

O sistema de produção, organizado na marcha do período colonial no circuito das minas, envolveu o trabalho da mulher como fonte e produção de riqueza capaz de construir no decorrer do século XVIII, uma economia fundada não só na produção do ouro, mas também num movimentado comércio, responsável pela acumulação de riqueza que propiciaria o investimento em terra e produção agrícola no século seguinte.

A documentação nos tem trazido a tona o envolvimento da mulher no intenso comércio urbano. Em 1779, o Senado da Câmara de Vila Bela autuava Maria da Luz, uma preta forra, por vender quitandas sem a devida autorização. Encontramos uma série interminável de autos de infração emitidos contra mulheres que ora vendiam suas quitandas sem a obediência aos pesos corretos, ora buscando adulterá-lhes, quando não recorriam a escravos como mascates, sem a devida licença. O Senado das Câmaras Municipais deliberavam sobre a obtenção de licenças para funcionamento dos bolichos- nome popular como denominavam pequenos armazéns de secos e molhados- e vendas, bem assim para a aferição de balanças, pesos e medidas.(Figueiredo: 1993)

Além do comércio ambulante, os registros confirmam que as mulheres tinham, aqui e ali, casas comerciais instaladas e organizadas em pontos estratégicos das minas. Tais casas

eram por elas administradas, desprezando a participação masculina. Em 1778 Joana dos Campos recebeu a visita do inspetor da Câmara em seu estabelecimento. No adverti-la, fez constar no auto de infração na Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade, o seguinte: ***“comércio organizado com farta e abundante despensa onde encontrei: lingüiças, vinhos de cana, fumo, farinhas, milho pilado, algodão em rama, amendoim, velas, argolas de ferro tudo na mais completa ordem, no tirante aos pesos suas aferições de 1/8 e as de 300 e as de 600 todas alteradas. Sua quitanda no escuro arrebanha a canalhada para jogo de sorte e muitas mulheres de má sorte e fortuna”***.

As ***casas de sorte*** haviam sido proibidas desde 11 de março de 1777 por provisão emitida pelo capitão general de Mato Grosso. As autoridades coloniais tinham grande preocupação com as casas de sorte, pois estas eram responsáveis por grandes arruaças. Este tipo de comércio abrigava também a prostituição que, por certo, foi muitas vezes tolerada ou ignorada pelas autoridades.

A documentação atesta o envolvimento das mulheres com o gerenciamento de propriedades de terra e com a produção agrícola. No confrontar essa documentação, dignos de nota os registros de solicitação de concessão de sesmarias de terra por algumas mulheres. ***Joaquina Pereira pede meia légua de terras a margem do ribeirão chamado Piquiri junto às terras de Gracias Roriz Pereira Reis; em outra petição Maria Tereza viúva de Francisco Galdino solicita a concessão de uma sesmaria de terras de matos devolutos confinantes as terras de Joaquim Manoel de Oliveira, para cultivo de roças e instalação de engenho.*** Igualmente relevante assinalar que esse documento registra possuir a solicitante uma boa escravaria.

As mulheres deram mostras da enorme capacidade de ação. Testemunhando sua habilidade no administrar e de gerenciar seus negócios e fazendas. Criavam os filhos de tal modo que também eles pudessem exercer um ofício.

Ativa educadora de sua prole. Contribuía decisivamente para que os filhos tivessem condições de participar da produção de bens de consumo doméstico, bem assim da produção para o comércio local. Preocupavam-se em ensinar-lhes a contabilidade doméstica e comercial. Em testamento, ***Maria Bonança encarregou seu filho mais velho João do Espírito Santo de cuidar dos negócios do comércio de fino trato conforme havia lhe ensinado.***

A extrema mobilidade da população das minas impunha que a sociedade, embora tivesse como viga mestra a figura do patriarca, sua freqüente ausência acarretava o inevitável envolvimento da mulher no controle da propriedade e nas funções produtivas e políticas.

Nas propriedades onde a terra deveria ser cultivada, todos os filhos nela se envolviam, cada qual exercendo bem definida tarefa.

Doutra forma dizendo, isso equivale a afirmar que nem todas as mulheres estavam sujeitas ao domínio imediato de um homem. Mais ainda: nem todas as relações se organizavam sob a forma da família. Educar e alimentar os filhos se tornou função, na maioria das vezes, exclusiva das mulheres.

A educação se restringia à preparação para a vida, tendente ao provimento da subsistência e das tarefas do cotidiano. Fiar, coser, lavrar, cozinhar, mascatear, lavar e engomar eram atividades que faziam parte da formação de uma jovem habitante das minas.

As negras escravas faziam o duro trabalho nos roçados, nas senzalas, no mascatear nas vilas e lavras com seus tabuleiros. Com os desocupados e escravos, disputavam a cata do ouro nos restolhos de cascalho amontoados às margens dos rios.

A educação formal instituída na Capitania, com a nomeação de professores régios para Cuiabá e Vila Bela, não se efetivou. Não há registros de que essas aulas foram de fato ministradas de forma regular. A educação popular, ensinar a ler e a escrever, não era objeto de preocupação efetiva do Reino, principalmente quando se tratava da área mineradora. Os jesuítas foram os evangelizadores, dedicando-se a catequizar e a ensinar a palavra escrita aos indígenas. A expulsão desses padres, determinada em 1750 pelo marquês de Pombal, pôs fim a qualquer forma de instrução organizada na Capitania.

Conclusão

As mulheres viviam, pois, na sua pobreza, em meio à desorganização desempenhando papéis informais. Embora assim, sua resistência, sua experiência cumulativa demonstram a importância que assumiram na construção da história local. As estratégias de sobrevivência adotadas pelas mulheres nas minas permitiram, de certa maneira, que os laços de sujeição extremos fossem sendo corrompidos e mesmo a adoção de medidas reguladoras da ordem não conseguiram controlar as tensões sociais geradas neste contexto. A reconhecida contribuição feminina no abastecimento de produtos básicos à população das minas criara

condições para a superação de sua subordinação. Ainda que excluídas, participaram ativamente do mundo do trabalho, contribuindo para o gerenciamento de propriedades, de pequenos negócios, da organização e manutenção da família, assegurando a reprodução da economia mineradora.

Estas mulheres ajudaram, por força do seu cotidiano assentado no duro trabalho a tecer a trama da história, cujas vozes ecoam em nosso presente.

Referências Bibliográficas

CANDIDO, Antonio. (1977). *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Livraria Duas Cidades.

CARVALHO FRANCO, Maria Silvia de. (2004). *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, EDUSP.

DIAS, Maria Odila Leite da. (1994). *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Editora Brasiliense

FIGUEIREDO, Luciano (1993). *O Avesso da Memória. Cotidiano e Trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio

GRAHAM, Sandra Lauderle. (1992). *Proteção e Obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo, Cia das Letras.

LAPA, Amaral (1970) *Economia Colonial*. São Paulo, Ed Perspectiva.

LENHARO, Alcir. (1979). *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808 – 1842)*. São Paulo, Símbolo.

PENA, Maria Valéria Junho. (1981) *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PERROT, Michelle. (1989) *Práticas da Memória Feminina*. São Paulo, **Revista Brasileira de História**, nº 18.

SAMARA, Eni de Mesquita. (1986) *A família brasileira*, 3ª ed., São Paulo, Brasiliense.

_____ (1997). *As idéias e os números do gênero*. São Paulo, Hucitec.

SCOTT, Joan. (1992). *História das Mulheres*, in: BURKE, Peter (org.), *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, UNESP.

SILVA, Jovan Vilela da (1995). *Mistura de Cores*. Cuiabá, EdUFMT.

SILVA, Maria Beatriz. (1998). *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

SOUZA, Gilda de Mello (1987). *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo, Cia. das Letras.

SOUZA, Laura de Mello (1997). *Formas provisórias de existência*. In: SOUZA, Laura de Mello (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras.

STEIN, Stanley. (1961). *Grandeza e Decadência do Café do Vale do Paraíba*. Tradução de Edgar Magalhães. São Paulo, Brasiliense.

_____. (1990). *Vassouras Um município brasileiro do café, 1850 - 1900*. Tradução de Vera Bloch Wrobel – Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

PERROT, Michelle. (1988). *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SOIHET, Rachel (2003) *História das mulheres e relações de gênero: debatendo algumas questões*. <http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/16.shtml>.

ZEMELLA, Mafalda. (1991). *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, Hucitec.

Documentos:

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 1 a 90.

Documentos Avulsos do Senado da Câmara de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade século XVIII- Arquivo Publico do Estado de Mato Grosso.